

Caderno do Congresso

Regiões e Autonomias Insulares: Perspetivas Históricas

**26-28
novembro
2025**

**Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira**

ÍNDICE

A ABRIR.....	3
--------------	---

PROGRAMA	6
----------------	---

NOTAS CURRICULARES E RESUMOS	8
------------------------------------	---

26 DE NOVEMBRO	8
----------------------	---

27 DE NOVEMBRO	12
----------------------	----

28 DE NOVEMBRO	19
----------------------	----

A Abrir...

A **Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro (DRABL)**, mediante o Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2025/M, que aprova a correspondente orgânica, é o serviço executivo da **Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura** (Governo Regional da Madeira) «que tem por missão a salvaguarda e a divulgação do património documental e bibliográfico da RAM, assegurar a memória contínua da sua administração, incentivar a difusão do livro e da leitura e promover o conhecimento e a investigação científica sobre a história da RAM no quadro do espaço atlântico.»

Entre as atribuições desta direção regional, que concretamente lidam com o último desígnio referido, estão as seguintes: «Promover e produzir, através do **Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira [CEHA-AV]**, investigação científica sobre a história da Madeira no quadro do espaço atlântico»; «Promover encontros científicos sobre temáticas associadas à história, cultura e património insulares»; e «Realizar atividade editorial no âmbito da divulgação do património documental de que é depositária, das atividades de investigação científica desenvolvida no domínio da história insular e da promoção do livro e da leitura».

Tais atribuições e competências são concretizadas com acuidade, mas obviamente de modo não exclusivo, na prossecução da edição da revista **Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série** (ISSN: 2184-5743), que já conta com sete números e segue os seguintes parâmetros editoriais: privilegia, como temáticas globais, a história, a memória e o património – material e imaterial – do Arquipélago da Madeira; tem um Conselho Editorial e um Conselho Científico; cumpre normas editoriais uniformizadoras; vem a lume mediante uma periodicidade anual; é publicada em suporte digital; e fica alojada em linha, permitindo o acesso livre e gratuito (<https://ahm-abm.madeira.gov.pt/>).

A par da citada publicação periódica, e de outras edições de divulgação científica e documental, a DRABL, através do CEHA-AV, tem também por objetivo proporcionar meios e oportunidades para incremento e permuta de conhecimentos e resultados de investigações científicas. Nesse sentido, já em

anos transactos se organizaram dois magnos congressos: o *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, em 2021; e o Congresso Internacional *Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)*, em 2023.

No presente ano de 2025, continuamos a fornecer ensejo para divulgar e pôr em diálogo pesquisas e indagações relacionadas com a história, a memória e o património, desta feita em torno da emergência e consolidação das autonomias insulares.

Com efeito, uma das principais heranças da Revolução do 25 de Abril de 1974, e aprovada a Constituição da República Portuguesa de 1976, foi a criação de Regiões Autónomas na Madeira e nos Açores. Considerando o avizinhar dos 50 anos desta efeméride, o **Congresso Regiões e Autonomias Insulares: Perspetivas Históricas** (de 26 a 28 de novembro de 2025) tem por desiderato, numa visão comparativa, situar as noções de Região e de Autonomia no quadro das Ilhas atlânticas sob influência ibérica – Açores, Canárias e Madeira –, usando para o efeito as ferramentas e os instrumentos próprios da historiografia, considerando diferentes unidades de análise na longa, média e curta duração.

São objetivos do congresso:

1. Abordar as regionalidades e as autonomias insulares – Açores, Canárias e Madeira –, considerando as ilhas enquanto espaços identitários e tendo em conta não só a ordem político-administrativa, mas também económica, social e cultural;
2. Analisar o percurso dos movimentos autonomistas e as suas consequências no ordenamento jurídico-político e no debate público contemporâneos;
3. Entender as autonomias insulares no confronto (simultaneamente relação e reação) com esferas de poder nacionais e supranacionais;
4. Comparar as regiões e autonomias insulares, procurando especificidades.

O congresso será composto por 10 conferências, proferidas por 11 investigadores e académicos de nomeada, com obra científica da maior relevância na temática em apreço: Ana Madalena Trigo de Sousa, do CEHA-AV; Avelino de Freitas de Meneses, da Universidade dos Açores; José Adrián García Rojas, da Universidade de La Laguna; Isabel Maria Freitas Valente, da Universidade de Coimbra; Susana Goulart Costa, da Universidade dos Açores;

Paulo Miguel Rodrigues, da Universidade da Madeira; Santiago de Luxán Meléndez e Ramón Díaz Hernández, da Universidade de Las Palmas (jubilados); Paulo Vitorino Fontes, da Universidade dos Açores; Jorge Freitas Branco, do ISCTE (jubilado); e Fernando Tavares Pimenta, do CEHA-AV.

Em sinergia com a atividade editorial de pendor científico que o CEHA-AV tem vindo a desenvolver, temos por objetivo que os artigos que brotem das conferências apresentadas ao congresso venham a ser inseridos num futuro número da revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*. (O prazo de entrega dos artigos termina no final do mês de dezembro do corrente ano de 2025.)

A assistência ao Congresso *Regiões e Autonomias Insulares: Perspetivas Históricas* é livre, gratuita e aberta a qualquer interessado, ficando somente dependente da disponibilidade de lugares e da inscrição prévia e obrigatória através do seguinte endereço eletrónico: ceha@madeira.gov.pt. Os interessados devem referir: nome completo; as sessões (manhãs e tardes) a que pretendem assistir; e se necessitam de certificado de assistência.

Finalmente, é importante notar que as várias conferências serão gravadas, ficando os correspondentes registos visuais e sonoros disponíveis, posteriormente, no canal de Youtube da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (<https://www.youtube.com/@direcaoregionalarquivoebib9314>).

Filipe dos Santos
Diretor de Serviços do CEHA-AV

Programa

Dia 26, Quarta-feira	
Manhã Registo de participantes 09:00 Sessão de abertura 09:30 10:00	Tarde Conferência 14:00 15:30 Moderação: Paulo Miguel Rodrigues Avelino de Freitas de Meneses – <i>Identidade, Política e Autonomia: o caso dos Açores</i>
Intervalo Conferência 10:30 12:00 Moderação: Nuno Mota Ana Madalena Trigo de Sousa – <i>A Evolução da Organização Administrativa Secular da Madeira: Da Capitania-Donataria ao Dealbar do Constitucionalismo Monárquico</i>	Intervalo Conferência 16:00 17:30 Moderação: Jorge Freitas Branco José Adrián García Rojas – <i>La isla como ente jurídico y político: el caso de Canarias</i>

Dia 27, Quinta-feira	
Manhã Conferência 09:00 10:30 Moderação: Ana Madalena Trigo de Sousa Isabel Maria Freitas Valente – <i>Do nascimento aos dias de hoje: marcos históricos da Autonomia das Regiões Ultraperiféricas Portuguesas</i> Intervalo Conferência 11:00 12:30 Moderação: Fernando Tavares Pimenta Susana Goulart Costa – <i>Autonomias exigidas; Autonomias perdidas: os Açores entre 1892 e 1938</i>	Tarde Conferência 14:00 15:30 Moderação: Susana Caldeira Paulo Miguel Rodrigues – <i>Autonomia(s) e outras Revoluções: Madeira e Açores (1974-1982). Para uma abordagem comparada</i> Intervalo Conferência 16:00 17:30 Moderação: Dinis Gouveia Pacheco Santiago de Luxán Meléndez e Ramón Díaz Hernández – <i>El 25 de Abril y Canarias. Una mirada desde el archipiélago canario</i>

Dia 28, Sexta-feira

Manhã

Conferência

09:00 | 10:30

Moderação: Odete Souto

Paulo Vitorino Fontes – *Açores entre dois mundos: Autonomia regional e integração europeia no contexto transatlântico*

Intervalo

Conferência

11:00 | 12:30

Moderação: Bruno Abreu Costa

Jorge Freitas Branco – *Semilha Nova, variedade 1975. Militares e camponeses no pós-25 de Abril no arquipélago madeirense*

Tarde

Conferência

14:00 | 15:30

Moderação: Filipe dos Santos

Fernando Tavares Pimenta – *A Assembleia Constituinte e a Questão da Autonomia das Regiões Insulares – Açores e Madeira (1975-1976)*

Notas Curriculares e Resumos

26 de novembro

Conferência

10:30 | 12:00

Ana Madalena Trigo de Sousa – *A Evolução da Organização Administrativa Secular da Madeira: Da Capitania-Donataria ao Dealbar do Constitucionalismo Monárquico*

Nota Curricular

Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em História (1992) e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa Séculos XV-XVIII (1997) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Em 2004 obteve aprovação, por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos publicados no âmbito da história política e institucional do arquipélago da Madeira nas épocas moderna e contemporânea.

Endereço eletrónico: madalena.sousa@madeira.gov.pt

Resumo

A organização administrativa do arquipélago da Madeira iniciou-se com o sistema das capitánias-donatárias visando manter «em justiça e em direito» o espaço ilhéu recém-descoberto¹. Partindo da ideia, defendida por José Guilherme Reis Leite, de que o conhecimento da estrutura administrativa das ilhas é fundamental para se compreender a prática política insular², pretende-se, com esta alocação, apresentar uma síntese sobre o percurso histórico da organização administrativa da Madeira, desde a instituição das capitánias donatárias, no século XV, até ao ano de 1835, data do início da reforma administrativa do Liberalismo e que ditou uma realidade institucional e política totalmente distinta.

¹ SALDANHA, António Vasconcelos de, 1992, *As Capitánias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, p. 93.

² LEITE, José Guilherme Reis, 2001, «Nos caminhos da pré-autonomia: A Junta Geral do Código de 1886», in *Autonomia e História das Ilhas. Seminário Internacional*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, p. 109.

A exposição que se pretende fazer está centrada nas instituições que a historiografia tem entendido como fundamentais no decurso da vivência administrativa laica deste arquipélago. Assim, num primeiro momento, destaca-se a instituição das capitanias-donatarias e o estabelecimento dos primeiros municípios. Tornando-se a Madeira realenga, a partir de 1495, importa perceber a implementação da rede de agentes régios e, já nos finais do século XVI, a importância da criação do cargo de governador e capitão-general revelando estas ilhas como domínios ultramarinos integrantes do império atlântico do reino de Portugal³. Um terceiro momento prende-se com a inequívoca consolidação do poder régio durante o consulado pombalino e com as medidas implementadas com a intenção de dispor e subordinar a vida administrativa e política insular. Finalmente, e em forma de conclusão, a transição do arquipélago para o estatuto de “ilhas adjacentes” que ficaram, a partir de 1835, integradas na administração territorial do reino de Portugal.

Conferência

14:00 | 15:30

Avelino de Freitas de Meneses – *Identidade, Política e Autonomia: o caso dos Açores*

Nota Curricular

Professor Catedrático e ex-Reitor da Universidade dos Açores. Doutor em História Moderna e Contemporânea. Investigador Integrado e ex-Presidente da Assembleia Geral do CHAM-Centro de Humanidades das Universidades Nova de Lisboa e Açores. Secretário Regional da Educação e Cultura dos XI e XII Governos dos Açores (2014-2020).

Como historiador, o seu labor incide nas épocas moderna e contemporânea, vertido em estudos de carácter local, regional e geral, que evidenciam a contribuição das ilhas para a projeção de Portugal no Mundo, desde o advento dos Descobrimentos. É possuidor de uma bibliografia extensa, sendo autor, coautor, diretor ou organizador de mais de uma vintena de livros e autor de quase duas centenas de artigos, notícias e prefácios insertos em publicações da especialidade. Entre os principais títulos, destacam-se: *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, 2 vols., 1987 (com reedição de 2025); *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, 2 vols., 1993-1995; *Estudos de História dos Açores*, 2 vols., 1994-1995; *Nova História de Portugal*, vol. VII, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coordenador e autor, 2001; *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, codiretor e autor, 2 vols., 2009; *Antigamente Era Assim! Ensaios de história dos Açores*, 2011 e 2018 (2 edições).

³ VIEIRA, Alberto, 2001, «A autonomia na história da Madeira: questões e equívocos», in *Autonomia e História das Ilhas. Seminário Internacional*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 146-147.

Foi agraciado, em 2011, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública (Presidência da República) e com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento (Região Autónoma dos Açores). Foi igualmente galardoado com as medalhas de Mérito dos municípios da Praia da Vitória, em 2000, de Angra do Heroísmo e da Horta, em 2012, com a distinção de Cidadão Honorário de Ponta Delgada, em 2012, e com a Chave de Honra Municipal de Vila Franca do Campo, em 2018.

Endereço eletrónico: avelino.f.meneses@uac.pt

Resumo

Historicamente, a Autonomia é um fenómeno contemporâneo. Com efeito, é difícil a sua filiação no Antigo Regime, assente na partilha de poderes entre a coroa e os maiores, representantes de si próprios, jamais dos povos. De facto, só enraíza nas revoluções da transição entre os séculos XVIII e XIX, que difundem o Liberalismo e a Democracia, alentando a Descolonização.

Nos Açores, identificamos três movimentos autonomistas: em finais de oitocentos, fruto da dupla crise, económica nas ilhas, política no continente, no primeiro terço de novecentos, contra a desordem republicana e com amparo regionalista, em 1974-76, dádiva do 25 de Abril, resultante da recuperação da Liberdade. Apesar do prévio alvoroço ideológico, os primeiros movimentos não obtiveram consumação bastante, apenas uma tímida descentralização, vítima do assomo do centralismo. Sem antecedentes, o último movimento inaugura de rompage a maioria política, com órgãos constitucionais de governo.

Após o 25 de Abril, por entre reivindicações mil, o minguado poder revolucionário, através da oferta da Autonomia, cala o clamor dos insulanos, antes abafado por impedimento do salazarismo e perfídia dos maiores. E, agora, ao cabo de 50 anos de governo próprio, a coexistência do progresso, que brota da avaliação interna, com o atraso, que deriva da comparação externa, demanda reflexão em cata de regeneração.

Conferência

16:00 | 17:30

José Adrián García Rojas – *La isla como ente jurídico y político: el caso de Canarias*

Nota Curricular

Profesor Titular de Universidad (TU) de Ciencia Política y de la Administración de la Universidad de La Laguna, doctor en Ciencias Políticas y Sociología (Sección Políticas) por la Universidad Complutense de Madrid.

Docente en la Universidad de La Laguna desde 1985 hasta la actualidad.

He sido: Director del Instituto Canario de Administración Pública (ICAP) del Gobierno de Canarias, Miembro del Consejo Asesor del Presidente del Gobierno de Canarias para la reforma del Estatuto de Autonomía.

En la Universidad de La Laguna he sido Secretario del Departamento de Derecho Constitucional y Ciencia Política, Director y Secretario del Centro de Estudios Africanos de la Universidad de La Laguna (CEAULL), Director del Máster en Desarrollo Regional de la misma Universidad y Decano de la Facultad de Economía, Empresa y Turismo (de 2019 a junio de 2025).

En la actualidad he Vocal de la Comisión de Ética de la Audiencia de Cuentas de Canarias.

He sido Investigador Visitante en: El Colegio de México; African Studies Center, Michigan State University (MSU), East Lansing; Center for African Studies, University of Florida, Gainesville. He sido Profesor invitado en Centre d'Etudes d'Afrique Noire (CEAN) (actual les Mondes Africains (LAM)), Instituto de Estudios Políticos, Universidad Montesquieu IV, Burdeos, Francia.

Es autor de varios artículos científicos y capítulos de libros.

He participado en unos cincuenta congresos nacionales e internacionales, director y profesor de cursos, seminarios y jornadas sobre temas de régimen local, de ciencia política comparada, de formación de funcionarios y otros.

Pertenezco a varias Asociaciones nacionales e internacionales de Ciencia Política y de la Administración.

Endereço eletrónico: jagrr@ull.edu.es

Resumo

En este trabajo pretendo abordar el caso de la singularidad insular en la Constitución española, en su desarrollo en el Régimen local español, en el Estatuto de Autonomía de Canarias, después de la creación de la Comunidad Autónoma de Canarias, en agosto de 1983, su progresiva asunción de competencias, que convierten a las instituciones insulares –los Cabildos Insulares– en unas de las instituciones con mayor presupuesto y competencias de las instituciones locales españolas, así como la aparición y consolidación de una arena de competencia electoral y de unos subsistemas políticos insulares que se manifiestan en la formación de partidos de ámbito insular ya desde las primeras elecciones fundacionales democráticas españolas, en 1977. En este sentido, me referiré, primero, aunque brevemente, al marco histórico que se inició con la conquista de Canarias, en el siglo XV, a la creación de los Cabildos Insulares, en 1912, su paulatina implantación y fortalecimiento de competencias frente a la provincia en Canarias, su pervivencia durante la uniformidad administrativa del Régimen local de la Dictadura del General Franco, y a su desarrollo definitivo con la entrada en vigor de la Constitución española de 1978 y la constitución de Canarias como Comunidad Autónoma. En segundo lugar, me centraré en el estudio de la isla en la Constitución española vigente y en la Ley de Régimen local nacional y en la Ley de Cabildos Insulares canaria. En tercer lugar, abordaré la isla, en Canarias, desde una perspectiva política. Y, por último, finalizaré con algunas conclusiones.

27 de novembro

Conferência

09:00 | 10:30

Isabel Maria Freitas Valente – *Do nascimento aos dias de hoje: marcos históricos da Autonomia das Regiões Ultraperiféricas Portuguesas*

Nota Curricular

Pós-Doutorada pela Universidade de Coimbra, é Doutora em Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea, Estudos Internacionais Comparativos) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Possui Mestrado em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Master in European Studies – O processo de construção europeia, na área de especialização de Ciência Política, coordenado pela Università degli studi di Siena, Facoltà di Giurisprudenza e di Scienze Politiche, e em colaboração com as Universidades parceiras de Coimbra, Salamanca, Granada, Robert Schuman, d' Estrasburgo III, Yagiellonski de Cracóvia e Panteion University de Atenas. É Investigadora da Universidade de Coimbra e colaboradora de diversas instituições brasileiras, onde desempenha funções de investigação e docência na área dos estudos contemporâneos a partir de uma mobilização interdisciplinar da História, do Direito, da Ciência Política e das Relações Internacionais. Entre as suas principais áreas de estudo – gradualmente estruturadas em torno da problemática do “contemporâneo” – contam-se: o conceito das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, cruzando discussões em torno da globalização e do nacionalismo; da insularidade e do regionalismo; da cidadania e da integração europeia, especialmente com enfoque em Portugal, mas não só, ampliando a investigação para temas no âmbito da educação, dos direitos humanos, da segurança e da paz por conseguinte, de manifesta confluência transdisciplinar. Nessas áreas tem orientado diversas teses e dissertações de doutoramento, pós-doutoramento e mestrado. É investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra, investigadora colaboradora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores, bem como investigadora da Rede Interdisciplinar de Estudos Internacionais – Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade da Universidade de Coimbra (onde integra a respetiva direção com as funções de Presidente e Coordenadora para as Relações Académicas Luso-Brasileiras). Integra também a Coordenação da Cátedra UNESCO Educação e ciência para o desenvolvimento e bem-estar humano (EDUWELL), liderada pela Academia das Ciências de Lisboa em parceria com várias instituições

nacionais e internacionais, entre elas, a Universidade de Coimbra, onde é diretora do curso de pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas e corresponsável, com Dulce Lopes e Maria da Glória Garcia, pelo curso Política de Género: Igualdade e Não Discriminação.

Endereço eletrónico: valente.isa@gmail.com

Resumo

A Constituição Portuguesa, em vigor, no seu artigo 227.º, alínea t, determina, entre os poderes das regiões autónomas, a prerrogativa de «participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes». Alicerçada nos conceitos de Autonomia e de Ultraperiferia, esta conferência pretende sugerir, de forma exploratória, a importância de reflectir sobre a correlação entre estes dois conceitos e de que forma o estabelecimento deste poder foi uma conquista importante, para a defesa e promoção dos interesses das regiões autónomas portuguesas e dos seus povos, na Europa e no Mundo. Num segundo momento, a atenção estará focada nos papéis que estes territórios podem ser chamados a desempenhar, como pontes/parceiros para o diálogo e cooperação em todo o Atlântico bem como a cooperação entre as regiões ultraperiféricas do Oceano Índico e das Caraíbas. Ou seja, analisar a importante dimensão da inserção regional destes territórios e da política de Grande Vizinhança das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Conferência

11:00 | 12:30

Susana Goulart Costa – *Autonomias exigidas; Autonomias perdidas: os Açores entre 1892 e 1938*

Nota Curricular

Doutorada em História pela Universidade dos Açores e Professora Associada com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, sendo Diretora do Departamento de História, Filosofia e Artes desde 2020. Nesta Universidade, leciona disciplinas da área de História Moderna e Contemporânea e da área do Património Cultural.

É investigadora integrada do CHAM, Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. É a Coordenadora da Cátedra UNESCO “Patrimónios Atlânticos e Insularidades” da Universidade dos Açores e coordena igualmente o Projeto de Investigação “Dio 500-História Religiosa dos Açores”, contributo para as comemorações dos 500 anos da Diocese de Angra, a celebrar em 2034.

Endereço eletrónico: susana.mg.costa@uac.pt

Resumo

No arquipélago dos Açores, a segunda metade do século XIX agudiza um já longo processo de desvitalização económica, particularmente centrado no setor primário, monopolizado pela exportação de laranja para a Inglaterra. Por sua vez, a crise financeira em Portugal vai despoletar o lançamento de um conjunto de medidas restritivas para o setor produtivo e transformador dos Açores, que vão asfixiar o já debilitado tecido social açoriano.

Neste contexto, na década de 1890, as elites insulares defendem a “Livre Administração dos Açores pelos Açorianos”, certas de que só uma gestão de proximidade garantiria respostas eficazes para o caos socioeconómico que grassava no arquipélago. Este primeiro movimento em prol da Autonomia açoriana esbarrará com a ausência de um espírito agregador entre as nove ilhas que, no modelo distrital, olham com desconfiança para as promessas regulamentadas no Decreto Autonómico de 1895.

A implantação da República, em 1910, renovará a expectativa por um reforço da Autonomia, particularmente incendiada no contexto da Primeira Guerra Mundial, que conduz à instalação de uma base naval americana em Ponta Delgada, entre 1917 e 1919. Inspirados por modelos de cariz federativo e procurando as raízes identitárias insulares, os açorianos apelam para um reforço da Autonomia, conjugando esforços reivindicativos com o arquipélago da Madeira. Todavia, o rodopiar político da I República é nefasto para este segundo movimento autonomista. A organização do Congresso Açoriano em Lisboa, em 1938, acaba por ser o espelho de uma realidade incontornável: as Autonomias exigidas até então tinham sido Autonomias perdidas. Novos e outros debates teriam de aguardar pela década de 1970...

Conferência

14:00 | 15:30

Paulo Miguel Rodrigues – *Autonomia(s) e outras Revoluções: Madeira e Açores (1974-1982). Para uma abordagem comparada*

Nota Curricular

Mestre e Doutor em História Contemporânea, pelas Universidades de Lisboa e da Madeira. É, actualmente, Professor Associado na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira.

Coordenador-científico do CIERL (Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da UMa) de que foi fundador (2007). Investigador Integrado do Centro História, Territórios e Comunidades (da Nova – FCSH) e colaborador no Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (da U. Coimbra).

Foi Presidente da Faculdade de Artes e Humanidades, entre 2013 e 2016, assim como Director de vários cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

É autor e editor de livros de História e Cultura contemporâneas, com particular incidência sobre os temas da Autonomia e da realidade política e institucional madeirense, durante os séculos XIX e XX.

Tem publicados dezenas de artigos, em revistas académicas e de divulgação, em obras colectivas, em capítulos de livros e Actas de Congressos (nacionais e internacionais), nos quais, para além dos tópicos referidos, também aborda questões que abrangem a inserção do Arquipélago da Madeira no quadro das Relações Internacionais e Externas de Portugal e da História da sua Diplomacia.

Endereço eletrónico: pmrodrigues@staff.uma.pt

Resumo

A conquista da Autonomia, estabelecida nos termos da *Constituição Portuguesa de 1976*, apesar de ter ficado aquém dos desejos das elites políticas insulares, reconheceu para os Arquipélagos da Madeira e dos Açores um estatuto político-administrativo inédito, no quadro da História Contemporânea de Portugal. O processo que levou ao seu estabelecimento – que procurou responder a reivindicações seculares – teve nos anos entre 1974 e 1982 um período fundamental (do 25 de Abril à 1.ª Revisão Constitucional e à extinção do Conselho da Revolução), preenchido quer por diversos acontecimentos e momentos, que se devem considerar como referências fundamentais para a aferição e compreensão dos pulsares insulares; quer por um intenso debate público, ideológico e doutrinário, fortemente discursivo, sobre o (desejado) futuro das Ilhas; quer ainda pela conjugação de esforços – em alguns momentos de uma verdadeira *frente insular* – de união em prol da Autonomia Política, junto dos órgãos de soberania da República.

É a partir desta realidade, que se sabe ter sido de entendimento geral a respeito dos princípios autonomistas, que avançamos para uma análise comparativa, através da qual se pretende reflectir não só sobre o teor e o sentido dos aspectos comuns – das constantes e linhas de força – da chamada Revolução Autónómica nos arquipélagos, mas também sobre as suas idiossincrasias, que ao permitirem a identificação de situações e dinâmicas singulares, dão substância a diferenciações internas, fazendo com que aquele fenómeno tenha cunhos peculiares consoante as Ilhas.

Nesta perspectiva, desde as mais acesas discussões parlamentares, às acções das chamadas frentes independentistas ou outras, de carácter radical; passando pelo papel, *in loco*, das autoridades civis constituídas, das Forças Armadas e da Igreja; por discursos e debates, nos órgãos de comunicação social; pela influência multifacetada, exercida por movimentos ou associações políticas e profissionais, assim como pelas elites políticas e pelos novéis Partidos instituídos; sem esquecer a constituição dos órgãos de poder e até a definição de novas simbologias, em cada uma das Regiões Autónomas – tudo isto nos permite aferir com maior acuidade (e em alguns casos até reinterpretar) não só a realidade histórica da construção da Autonomia, mas também contribuir para que se desfaçam mitos ou equívocos persistentes e para que se perceba da actualidade de algumas das questões levantadas.

Conferência

16:00 | 17:30

Santiago de Luxán Meléndez e Ramón Díaz Hernández – *El 25 de Abril y Canarias. Una mirada desde el archipiélago canario*

Notas Curriculares

Santiago de Luxán Meléndez es Catedrático de Universidad de Historia e Instituciones Económicas desde 2011 y Profesor Emérito desde 6/5/2021. Director del Grupo de Investigación G9, Historia Economía y Sociedad de la ULPGC. Coordinador del Programa de Doctorado Internacional Islas Atlánticas (Historia, Patrimonio y Marco Jurídico Institucional) de las Universidades de Las Palmas, La Laguna, Açores y Madeira (2014 hasta Octubre de 2020). Coordinador del convenio entre la Fundación Altadis-Universidades de Las Palmas, Sevilla, Navarra y País Vasco (Grupo de Estudios del tabaco) entre 2000-2012. Miembro del Grupo de Historia del Tabaco (GRETA) 1998-2012. Investigador asociado del CHAM – Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar / Portuguese Centre for Global History, FCSH/NOVA-UAc. Miembro del Consejo de Redacción de *ANAI*S (publicación de CHAM indexada en 16 bases de datos científicas) y del *Anuario de Estudios Atlánticos*. Miembro del Comité Científico del Coloquio de Historia Canario-Americana. Coordinador del Servicio de Archivos de la Empresa de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Coordinador del Seminario estable de Historia del Tabaco, Convenio Universidad de Las Palmas de Gran Canaria y CHAM, 2011-2020. Premio de Etnografía y Folklore Gabriel María Vergara de la Diputación de Guadalajara en 1983. Premio especial Canarias-América de Investigación 2010. Participación en 30 proyectos, contratos y convenios como investigador principal y como investigador, de carácter internacional, nacional y regional. Consejero externo del CHAM de la Universidad de Azores. Miembro de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria. Miembro de la Asociación Española de Historia Económica, de la Asociación Española de Historia Moderna y de la Asociación de Historia Económica del Caribe. Coordinador del Comité Editorial de La Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria, miembro de su junta directiva y representante en la Junta de Sociedades Económicas de España. Miembro del patronato de la Fundación Universitaria de la ULPGC

Ramón Díaz Hernández es doctor en Filosofía y Letras por la Universidad de La Laguna. Ha sido profesor de Geografía Humana en la Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de Las Palmas (Universidad de La Laguna), en la Facultad de Geografía e Historia y en la Estructura de Teleformación de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Es miembro de la Asociación de Geógrafos Españoles, El Museo Canario, Comité Científico de los Coloquios de Historia

Canario-Americana y Globility de la Unión Geográfica Internacional (UGI/IGU). Forma parte del consejo de redacción de las revistas científicas *Anuario de Estudios Atlánticos* (Casa de Colón, cabildo de Gran Canaria), *Tebeto* (Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura) y *Cliocanarias* (revista electrónica). Ha publicado varios libros y artículos académicos y de divulgación sobre Geografía Rural, Geodemografía, Desarrollo Local, Didáctica de las Ciencias Sociales, Métodos Cualitativos en investigación social y movilidad humana. Es investigador senior de la ULPGC y colaborador del grupo de investigación Sociedades y Espacios Atlánticos (SEA)

Endereços eletrónicos: santiago.deluxan@ulpgc.es; ramon.diaz@ulpgc.es

Resumo

El año pasado de 2024 se cumplieron 50 años de la Revolución de los Claveles. Portugal entró en la senda de la democratización mediante un golpe militar que convirtió al ejército en protagonista del proceso en sus primeros años. El telón de fondo era la Guerra Colonial abierta en el continente africano (Angola, Mozambique, Guinea etc.). Portugal, como España, vivió un desarrollismo insuficiente en los años 60 del siglo pasado que no la hizo salir del atraso. Al movimiento de los militares, siguieron años de incertidumbre por el modelo social que la transición a la Democracia traía consigo. La constitución de 1976, dos años antes que la española, parecía anunciar un camino hacia el socialismo. La diferencia fundamental con España fue que Portugal hizo una transición por ruptura y en España hubo un pacto que permitió el tránsito de “la ley a la ley” que culminó con las elecciones de 1977 y la redacción de la Constitución de 1978.

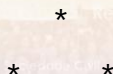
En el preámbulo de la Constitución portuguesa de 1976 podíamos leer: «La Asamblea Constituyente proclama la decisión del pueblo portugués de defender la independencia nacional, garantizar los derechos fundamentales de los ciudadanos, establecer los principios básicos de la democracia, asegurar la primacía del Estado de Derecho democrático y abrir la senda hacia una sociedad socialista, dentro del respeto a la voluntad del pueblo portugués y con vistas a la construcción de un país más libre, más justo y más fraterno». Por otro lado, el artículo 6.2 de la constitución reconocía el carácter autonómico de los archipiélagos portugueses.

Se hace preciso recordar que la Constitución española de 1978 en su título 8.º dice que «El Estado se organiza territorialmente en municipios, en provincias y en las Comunidades Autónomas que se constituyan. Todas estas entidades gozan de autonomía para la gestión de sus respectivos intereses». Para llegar ahí se tuvo que hacer un largo y proceloso recorrido.

En el caso de Canarias, la OUA reconoció en julio de 1968 las tesis del MPAIAC de que al archipiélago le asistía el derecho internacional a la autodeterminación y la independencia. La situación geoestratégica de Canarias la convertía en un territorio sensiblemente vulnerable por su estrecha relación con la costa sahariana y la pesca en el banco canario-sahariano y su cercanía a un continente de donde se extraen materias primas estratégicas en un momento en que se agudizaba la crisis energética de octubre de 1973 con sus secuelas de paro y malestar social. Pero, además, donde la marcha verde posibilitó la entrega de la antigua colonia al reino

de Marruecos con el regreso forzoso a las islas de las tropas españolas y la población civil residente en el Sahara Occidental a la vez que el Frente Polisario declaraba la guerra al acuerdo de Madrid de 1975 por el que entregaba dicho territorio a Marruecos y Mauritania. Fenómenos todos ellos que añadieron un plus de tensión a la transición democrática de Canarias que no se tuvo en el resto de España.

En medio de estas circunstancias tan adversas, el proceso de transición a la Democracia en Canarias se complicó todavía más por la tutela efectiva que ejerció Argelia acogiendo al independentista Antonio Cubillo (dirigente del MPAIAC) y su potente emisora en Argel que transmitía diariamente sus consignas llamando a la insurgencia y la lucha armada a la población canaria. Desde un posicionamiento privilegiado dentro de la OUA, el MPAIAC mantuvo estrechos contactos con los independentistas de Azores, Madeira y Cabo Verde. El experimento político de PCU/UPC más el referéndum sobre la entrada en la OTAN y la Neutralidad de Canarias hizo que el binomio autodeterminación o autonomía centrara el debate político en las islas desplazando del primer plano la prioridad del momento que no podía ser otro que el desmantelamiento del aparato dictatorial centralista y el establecimiento y consolidación de un régimen democrático con un sistema territorial autonómico que preparase al país para formar parte de la UE. Las plataformas democráticas mayoritarias de Canarias definidas como antifranquistas e identificadas plenamente con los ideales europeos defendieron finalmente con éxito la democracia y la autonomía. La revolución de los claveles y la transición portuguesa sirvió de acicate a los demócratas españoles y canarios para constatar que el cambio de la dictadura a la democracia era posible, aunque los procesos a seguir fuesen diferentes. El Estatuto de Autonomía de Canarias entró en vigor en agosto de 1982 mediante la Ley Orgánica 10/1982 como norma institucional básica. El próximo mes de agosto cumplirá 43 años de libertad y autogobierno.



28 de novembro

Conferência

09:00 | 10:30

Paulo Vitorino Fontes – *Açores entre dois mundos: Autonomia regional e integração europeia no contexto transatlântico*

Nota Curricular

Doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais (*summa cum laude*), pela Universidade de Évora, em 2016, e Mestre em Sociologia pela Universidade dos Açores em 2013.

É Professor Auxiliar de Ciência Política na Universidade dos Açores desde 2021 e diretor do Doutoramento em Teoria Política, Relações Internacionais e Direitos Humanos. É Investigador Integrado do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho e da Universidade de Évora, desde 2021, e Investigador Integrado do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores, desde 2020.

A nível internacional, colabora com o Núcleo de Estudos em Educação, Violência, Infância, Diversidade e Arte (NEVIDA-UFG) e é pesquisador do Núcleo de Estudos Violência, Democracia e Direitos Humanos (UNESP) e do Núcleo de Estudos Frankfurtianos (UFJ).

Foi Diretor Regional da Solidariedade Social do XII Governo Regional dos Açores (2018-2019) e Técnico Superior Coordenador na Novo Dia – Associação para a Inclusão Social (2001-2021).

É autor de diversos artigos científicos e ensaios inseridos em publicações periódicas de âmbito nacional e internacional.

Endereço eletrónico: paulo.v.fontes@uac.pt

Resumo

O arquipélago dos Açores, situado no coração do Atlântico, tem historicamente articulado relações com múltiplos espaços, destacando-se os laços precoces com as Américas – ainda antes da formação dos atuais Estados Unidos e Canadá – e, paralelamente, com a Europa, África e outras ilhas atlânticas. Nos últimos tempos, sobressai o percurso de integração europeia, que se entrelaça com o fortalecimento do seu estatuto de autonomia político-administrativa desde 1976. A partir de uma revisão bibliográfica crítica e de uma análise qualitativa e hermenêutica, este trabalho explora a trajetória paralela da autonomia e da integração europeia na Região Autónoma dos Açores. Refletimos sobre como esse duplo movimento tem potencializado o desenvolvimento interno e projetado o arquipélago como ator estratégico nas dinâmicas transatlânticas contemporâneas. Num mundo pós-Guerra Fria, onde se redesenham os eixos da

segurança e da ciência no Atlântico, argumentamos que os Açores assumem uma nova centralidade na política internacional. Essa centralidade emerge da sua capacidade de articular autonomia regional com os mecanismos da integração europeia, constituindo-se como uma plataforma relevante entre continentes.

Conferência

11:00 | 12:30

Jorge Freitas Branco – *Semilha Nova, variedade 1975. Militares e camponeses no pós-25 de Abril no arquipélago madeirense*

Nota Curricular

Professor catedrático jubilado de antropologia no Iscte Instituto Universitário de Lisboa e investigador integrado do CRIA_Iscte. Lecionou ainda nas universidades de La Laguna, Tenerife (1992) e Complutense de Madrid (2010). Foi professor visitante nas universidades de Leipzig (1996-97), de Marburg (2000) e na Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil (2010). Realizou investigação de terreno em Portugal continental, ilhas atlânticas (Madeira), Alemanha, Brasil, França, com publicações sobre materialidades, culturas populares, história das antropologias marginais, museus e coleções, culturas do laicismo. Reeditou a sua tese de doutoramento: BRANCO, Jorge Freitas, 2019, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago, 1750-1900*, Funchal, Direção Regional da Cultura.

Endereço eletrónico: jorge.branco@iscte-iul.pt

Resumo

As campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica planeadas e levadas a cabo em todo o território nacional pela então 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) visou promover a inclusão cívica da população camponesa numa vivência democrática. Foi uma oportunidade para (des)encantos recíprocos. *Semilha Nova*, eis o nome de código atribuído à campanha desencadeada na Madeira. Abordam-se os seguintes aspetos da investigação em fase preliminar: (1) A consciencialização mútua de disparidades culturais: Estado, regimes políticos, campesinato; (2) As campanhas no continente: sobre o estado da arte (3); *Semilha Nova*: materiais, testemunhos, balanço em aberto; (4) Porque e de que nos esquecemos?

Conferência

14:00 | 15:30

Fernando Tavares Pimenta – *A Assembleia Constituinte e a Questão da Autonomia das Regiões Insulares – Açores e Madeira (1975-1976)*

Nota Curricular

Doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (2007). É Investigador Auxiliar e Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, na Região Autónoma da Madeira. Foi Investigador de pós-doutoramento nas Universidades de Bolonha e de Coimbra, Investigador FCT na Universidade Nova de Lisboa, Professor Auxiliar convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e docente do mapa de pessoal da Universidade Aberta, bem como Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea. A sua investigação tem-se centrado no estudo da História Contemporânea de Portugal, com especial enfoque na história do colonialismo português em África e na história insular, em especial no arquipélago da Madeira. Em 2009 foi premiado com o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea e, em 2018, foi distinguido com o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares pela Assembleia da República. Entre as suas publicações, salientamos os seguintes livros: *Storia Política del Portogallo Contemporâneo, 1800-2000* (Firenze, Le Monnier – Mondadori Education, 2011), *Angola. Os Brancos e a Independência* (Porto, Edições Afrontamento, 2016, 2.ª edição) e, em co-autoria com Luís Reis Torgal e Carlos Cordeiro, *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira, das origens ao debate constitucional* (Lisboa: Assembleia da República, 2019).

Endereço eletrónico: fernando.mtm.pimenta@madeira.gov.pt

Resumo

Esta conferência pretende colocar em perspectiva histórica o debate político em torno da questão da autonomia das regiões insulares – Açores e Madeira – na Assembleia Constituinte (1975-1976), tendo em particular consideração o trabalho desenvolvido pela 8.ª Comissão – “Comissão das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira” – e a acção dos deputados eleitos pelos círculos eleitorais de Angra do Heroísmo, da Horta, de Ponta Delgada, no caso dos Açores, e do Funchal, no caso da Madeira. Procura-se demonstrar que, a despeito das diferenças ideológicas entre os partidos políticos e os respectivos deputados, a solução constitucional encontrada para a questão da autonomia das regiões insulares resultou do consenso entre os dois principais partidos representados na Assembleia Constituinte, ou seja, do Partido Socialista (PS) e do Partido Popular Democrata (PPD), cabendo a este último uma acção mais acutilante no sentido de obter uma maior descentralização política e uma autonomia mais plena para os dois arquipélagos atlânticos. A este respeito, importa considerar a importância da acção dos deputados insulares, independentemente da sua filiação política, os quais tiveram uma

significativa participação na 8.ª Comissão e na discussão nas sessões constituintes. E se a intervenção dos deputados açorianos Jaime Gama, João Bosco Mota Amaral e Américo Natalino Pereira Viveiros, entre outros, foi fundamental na defesa e na concepção da autonomia insular, não menos relevante foi a participação nos trabalhos daquela Comissão dos deputados madeirenses António Alberto Monteiro de Aguiar e Emanuel Nascimento Santos Rodrigues. Um sinal claro de que a autonomia – ainda que pensada porventura de maneira diversificada – constitui uma aspiração transversal às sociedades insulares, açoriana e madeirense, reflectindo, de resto, o ideal da participação dos cidadãos na governação, por via dos seus representantes democraticamente eleitos, tal como ficou consagrado na Constituição da República Portuguesa de 1976